

CASTELINHO: PATRIMÔNIO, HISTÓRIA E MEMÓRIA

Edson Roberto Rissi¹ e Neli Teresinha Galarce Machado²

RESUMO: Relatar a história de um prédio centenário que traz histórias de vida de milhares de pessoas requer perspicácia e cuidados, pois ainda continua com seus alicerces em pé e construindo história. A complexidade histórica de um longo período pode ter uma abordagem seletiva os principais eventos relacionados ao tema, deixando de lado detalhes importantes para o tempo abarcado. Assim, este artigo, que se baseia em pesquisa qualitativa, instrumentalizada por técnicas bibliográfica e documental, trata da história de um educandário centenário, o Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, o “Castelinho”, como é conhecido popularmente, que, por longo período, foi destinado somente para meninos, tendo alunos internos e externos, particularmente filhos de descendentes alemães católicos. Parece inconcebível para a atualidade, mas isso existiu em Lajeado e fez parte da história local e regional do Vale do Taquari/RS por mais de meio século. O patrimônio histórico e cultural de Lajeado se torna visível por meio da preservação dos registros textuais e fotográficos disponibilizados para a comunidade local no acervo da Secretaria da Paróquia Santo Inácio de Lajeado.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio. História e memória. Colégio Estadual Presidente Castelo Branco. Castelinho.

1 INTRODUÇÃO

Quem toma conhecimento de Lajeado na atualidade, oriundos ou não da cidade ou da região do Vale do Taquari/RS, não percebe as mudanças do tempo e de época em que a sociedade atual está inserida. Os jovens, adolescentes e crianças que nasceram num curto período de tempo na cidade de Lajeado, absorvem um espaço geográfico que teve várias mudanças para se igualar aos dias atuais. Toda e qualquer cidade não permanece estática ao seu tempo. Em busca de um desenvolvimento, nas diversas áreas, social, política, econômica, cultural, entre outras, todas tendem a melhorias e a um crescimento vertiginoso. Além das mudanças físicas exteriores, aconteceram e acontecem mudanças nas mentalidades dos cidadãos que formam a sociedade lajeadense.

Na atualidade, torna-se difícil falar de passado e de preservação patrimonial. O patrimônio cultural relaciona-se diretamente à formação da identidade de uma comunidade, a qual constrói seu pertencimento por meio das memórias individuais e coletivas, entre outros bens materiais e imateriais. As inovações do tempo presente devem ter como pano de fundo a valorização dos valores do ontem.

Assim, após uma breve problematização sobre o conceito de patrimônio e o que a ele se relaciona, sem chegar a conclusões exatas, este artigo tem como objetivo buscar percepções da mudança de mentalidades e ações sociais que caracterizaram a cidade lajeadense nos primórdios do século XX, principalmente ligados à educação. História, memórias, lembranças e mitos surgem de pessoas que fizeram parte da história do Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, o “Castelinho”.

1 Graduado em História pelo Centro Universitário UNIVATES, Lajeado/RS, em 2010. Graduado em Teologia de Férias, pela UPF, Passo Fundo, em 2007. edsonrissi@universo.univates.br

2 Professora do Centro Universitário UNIVATES. Doutora em Arqueologia. Orientadora do artigo de Édson. ngalarce@univates.br

Trata-se de pesquisa qualitativa, com base em técnica bibliográfica e documental, esta especialmente focada no acervo dos Livros Tombos da Paróquia Santo Inácio de Loyola, de Lajeado/RS.

2 O PATRIMÔNIO E SUAS RELAÇÕES

Segundo Fortuna (1994, p. 2), a destruição criadora das identidades passa pelo processo de “confronto do velho com o novo”. O autor refere J. Schumpeter para expressar que as identidades sociais estão sujeitas a um processo de destruição criadora e que, mesmo que por vezes haja um confronto entre o velho e o novo, o passado sempre deve estar sendo repensado e reconstruído.

No contexto atual, no qual o ser humano está inserido, numa cultura pós-moderna, com bases sólidas no capitalismo, a pessoa acaba perdendo sua identidade, sendo massificada culturalmente, num processo de descentramento dos sujeitos (FORTUNA, 1994). Estamos inseridos no mundo dos avanços tecnológicos, em que os conceitos de espaço e tempo são questionados. Conforme Chambers (apud FORTUNA, 1994, p. 04), na era da eletrônica não é o sentido do lugar, mas o sentido da deslocalização que predomina e orienta os sujeitos; através da internet e outros meios eletrônicos, os seres humanos “se movem sem se movimentar”.

A população em geral conhece como patrimônio cultural apenas os monumentos e coisas velhas que estão preservadas. Nessa perspectiva, o último autor faz vários questionamentos: “[...] patrimônios culturais são apenas as ruínas, os monumentos e os museus manifestações espaciais e artefatos que decoram a cidade que habitamos, ou, ao contrário, serão eles elementos históricos, artísticos e culturais que atualizam o passado e lhe dão vida? (FORTUNA, 1994, p. 05)”.

O que difere na conceitualização de patrimônio cultural é o olhar que projetamos sobre os elementos que a ele estão associados. Se olharmos as ruínas com uma visão negativa, elas nos “ilustram transitoriedade e decrepitude” (FORTUNA, 1994, p. 06), mas, se olharmos as ruínas com um olhar positivo, elas são realmente fragmentos e sinais de passado.

Segundo Arévalo (2004, p. 01), a ideia de patrimônio gera o uso da categoria “lugares de memória” que observa o espaço físico (bens materiais) como suporte para a formação de uma memória coletiva (bens imateriais).

O patrimônio cultural traz presente a identidade dos sujeitos de uma sociedade que com ela se identificam. Para Gonçalves (1988, p. 266-267): “Os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico etc.”

Na visão de Paoli (1992, p. 01), a noção de patrimônio toma sentidos mais amplos em seu livro *Memória, história e cidadania: o direito ao passado*: “[...] a noção de patrimônio histórico deveria evocar [...] imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade”.

O passado pode ser compreendido de diversas formas. Ele pode ser considerado como “sinônimo de antiguidade, ou seja, de proximidade com uma comunidade em que tecnologia e arte, cultura e natureza se equilibram” (LOWENTHAL apud FORTUNA, 1994, p. 06). O passado pode ser considerado como continuidade ou ainda como uma sequência, um traço de união entre dois momentos temporais.

As cidades modernas tomam traços e estilos antagônicos por enquadrarem construções preservadas e novas edificações. Para Giedion (apud FORTUNA, 1994, p. 08), a “configuração arquitetônica das nossas cidades, [...] se revela uma simbiose, nem sempre feliz, de estilos e de tempos diversos, senão mesmo antagônicos”. Os monumentos, presentes na maioria dos centros das cidades, são meras representações de um passado. Segundo Rojek (apud FORTUNA, 1994, p. 09), “os monumentos revelam memorialização do passado [...] uma relação indeterminada com a

história”, sendo que, para esse mesmo autor, os locais antigos “são convites à história vivida onde determinados acontecimentos tiveram lugar, os monumentos são apenas representações desse passado” (p. 09).

Os monumentos carregam consigo uma ambiguidade. Eles “misturam uma criação artística do passado com a sua memorialização simbólica no presente e o desejo de um testemunho para o futuro” (FORTUNA, 1994, p. 10). E toda a reprodução da imagem do monumento é a reprodução do seu elemento físico, não do seu elemento simbólico e representacional.

Podem ser percebidas duas atitudes em relação à preservação patrimonial:

[...] há, de um lado, os que sustentam o pouco significado que têm o passado e seu registro diante daquilo que constitui o moderno e a modernidade: a constante construção do novo que desafia a compreensão e a intervenção na cidade [...] Em uma palavra, a história é concebida nestes termos como um processo acabado e fechado aos significados sociais. De outro lado, há uma atitude oposta - a de gostar do passado, de qualquer coisa que pareça ‘antigo’ [...] neste sentido, a identidade com antigo parece estar apenas no sentimento de perda - e o critério de preservação dos documentos, objetos e monumentos, constitui uma forma de nostalgia de algo que não existe mais (PAOLI, 1992, p.01).

A história e as memórias se complementam, pois as memórias dão vida à história e a história amplia seus horizontes por meio da memória. A história não é um beco sem saída ou algo acabado, mas está sempre aberta a novas interpretações e novas leituras dos eventos que fazem parte do ontem e do hoje e que se propagarão pelo futuro da humanidade.

No contexto de Brasil, é somente após a década de 70 que a compreensão sobre o que corresponde a patrimônio tomou novas compreensões e abordagens diferentes. Isso surgiu após a reorganização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão governamental que tem como responsabilidade a defesa de bens tombados:

Desde os anos 30 [...] até fins dos anos 70, o conceito oficial que norteou a política brasileira de patrimônio restringiu-se aos chamados monumentos arquitetônicos e obras de arte erudita associados ao passado brasileiro [...]. Desde fins dos anos 70, [...] a categoria patrimônio expandiu-se e veio a incluir não somente monumentos arquitetônicos, obras de arte erudita, mas também documentos, antigas tecnologias, artesanato, festas, material etnográfico, várias formas de arquitetura e arte popular, religiões populares etc. (GONÇALVES, 1988, p. 270).

Depois dessas rápidas noções sobre patrimônio histórico e o que a ele se relaciona, trata-se agora de percepções da mudança de mentalidades e ações sociais que caracterizaram a cidade lajeadense no início do século XX em relação à área da educação, momentos em que história, memórias, lembranças e mitos surgem de pessoas que fizeram parte da criação e evolução do “Castelinho”.

3 A HISTÓRIA DO “CASTELINHO”

O ano de 2009 foi uma data histórica para Lajeado devido à comemoração de quarenta anos de duas Instituições de ensino da cidade, as quais contribuíram e contribuem com a educação da cidade e da região. São 40 anos de ensino superior do Centro Universitário UNIVATES e 40 anos de ensino fundamental e médio do Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, este carinhosamente denominado de “Castelinho”. Ambos possuem uma relação íntima entre si, pois o Colégio Castelo Branco abrigou, por certo período, os primeiros cursos superiores, anteriormente aos prédios que compõem o Câmpus da Univates, onde atualmente está localizado. Schierholt (1995) explica que em 1970 foi criado o Curso de Ciências Econômicas, com os cursos de Economia e de Ciências Contábeis, os quais se juntaram ao de Letras que já existia, por meio da Associação Pró-Ensino Universitário

do Alto Taquari (APEAUT), que posteriormente transformou-se em Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES) e atualmente Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (FUVATES), mantenedora da Univates. Esses cursos foram oferecidos em salas de aula do Colégio Estadual Presidente Castelo Branco. Para entender essa relação, é preciso voltar no tempo e às origens.

Segundo os livros Tombo da Paróquia Santo Inácio de Lajeado, o prédio do Colégio Castelo Branco foi sonhado e pensado num tempo remoto às suas quatro décadas de existência como Colégio Estadual. Seus fundamentos são datados do início do século XX. Em 2008, o prédio completou um centenário de existência. A atual estrutura chama a atenção por seus ricos detalhes que enfeitam sua entrada central, principalmente os detalhes da escada. Além disso, destaca-se por ser a maior escola estadual da cidade e por disponibilizar espaços para abrigar um número superior a dois mil alunos anualmente. Essa obra arquitetônica teve diversas alterações, tendo a interferência de cinco complementos de ampliação da estrutura física.

O Castelhinho nasceu com propósitos e finalidades diferentes dos que atende atualmente. O Pe. Pedro Gasper, padre jesuíta, que atuou na paróquia Santo Inácio dos anos de 1907 a 1912, percebeu juntamente com os paroquianos católicos as aspirações por uma escola masculina, a fim de suprir as necessidades escolares de seus filhos. No período, os filhos das famílias protestantes já eram atendidos no Colégio Alberto Torres. Mas umas perguntas ecoam e buscam respostas e explicações convincentes: por que uma escola exclusivamente masculina? Haveria fundamentação teórica de algum pedagogo? Facilitaria as relações e o desenvolvimento das crianças uma escola de apenas um gênero? A religião teria normas e orientações restringindo questões sexuais e afetivas para seus seguidores? Não há respostas imediatas para essas questões. Somente os que viveram no período poderiam dar mais informações sobre a época. Há apenas hipóteses e suposições.

A nova escola foi designada de Escola Paroquial São José, pois teria como educadores os Irmãos Maristas, mas o prédio e a propriedade pertenceriam à Mitra Diocesana da Paróquia Santo Inácio e esta estaria subordinada ao Arcebispo da Arquidiocese de Porto Alegre. Próximo a esse período nasceram várias escolas vinculadas a uma Igreja ou religião, pois não havia grande número de escolas municipais ou estaduais como existem na contemporaneidade.

Além disso, faz-se necessário compreender os personagens que irão estar à frente do ensino dessa escola. Conforme Henz (2000), o Pe. Pedro Gasper entrou em contato com a Congregação dos Irmãos Maristas, que possui por missão e carisma a educação de jovens e adultos. Eles são originários da França e chegaram ao Rio Grande do Sul em 1900, na cidade de Bom Princípio, com três Irmãos Maristas para iniciar a obra de educação e evangelização no Estado. Com isso, o Pe. Pedro Gasper propôs a construção de um prédio para uma nova escola que estaria sob a direção dos eméritos educadores maristas, por terem como linha de ação a educação e a evangelização em princípios católicos. A proposta foi aceita pelo Irmão Provincial e seus conselheiros, representantes da Província Marista de Porto Alegre. Os primeiros quatro Irmãos Maristas³ se hospedaram na Casa Canônica em seis de outubro de 1907, para acertar os últimos detalhes do início das aulas, que aconteceria no começo do ano seguinte. Novas incógnitas surgem sobre representações que os Irmãos Maristas, religiosos católicos, tiveram em relação à comunidade de Lajeado. São questões como: eram bons professores? Oriundos da França, dominavam a língua portuguesa e o dialeto alemão? Como se dava a comunicação? Que pedagogia adotavam? Tiveram papel importante na educação de Lajeado?

3 Jean Dominici; Marie Firmat; Léon Corsini e François Norbert. Esta informação foi traduzida dos anais do Centro Marista de Lajeado por Vitório Rigo, FMS, do francês para o português. A folha está localizada nos arquivos do Centro Educacional Marista e digitalizada pelo autor do artigo).

Outro aspecto a ser relatado para o período é a mobilização, o engajamento e o trabalho da comunidade Católica. Formou-se uma Comissão Escolar que contribuiu para a construção da Primeira Escola. Segundo o livro “Crônicas”, dos jesuítas:

[...] este trabalho foi feito em mutirão, no terreno comprado foi construído um edifício de duas grandes salas, nas quais no 1º ano de sua existência foram instruídos 80 alunos. O restante da casa foi ocupado pelos 20 alunos internos e seus professores. O preço da construção (da primeira parte) chegou até 16 contos de réis. É o que registra a Crônica dos jesuítas. Em dois anos, foi construída toda a ala, de dois pavimentos, dobrando as despesas para 32:828\$060 réis (SCHIERHOLT, 1997, p.49).

Conforme o historiador, a partir do momento em que a Escola Paroquial São José deu início a suas atividades, que data de primeiro de março de 1908, o Colégio das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, Colégio Sant’Ana, atual Colégio Madre Bárbara, transformou-se em educandário exclusivamente feminino.

Schierholt (1997) destaca que as fotografias encontradas da época e de um período próximo ilustram a existência da Casa Paroquial; da Igreja Matriz Santo Inácio, que foi incendiada no ano de 1953, por motivos ainda ocultos; a primeira construção da Escola Paroquial São José e a primeira Prefeitura de Lajeado.

4 ACERVO DA PARÓQUIA SANTO INÁCIO

O acervo da Paróquia Santo Inácio de Lajeado encontra-se na sua secretaria, localizada ao lado do Colégio Estadual Presidente Castelo Branco. A paróquia foi criada por lei provincial nº 1.341, de 27 de maio de 1881 (LIVRO TOMBO, 1930).

Os livros Tombo possuem um caráter de ata, por registrar os principais acontecimentos da Igreja Santo Inácio correspondente à comunidade católica. Os livros Tombo pertencentes a esse arquivo datam do ano de 1881, quando foi criada a Igreja Santo Inácio. No total são cinco livros Tombo até o presente ano. Eles são escritos pelo pároco responsável pela Paróquia Santo Inácio e recebem um visto do Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre/RS.

Dentre diversas informações encontradas nesses livros, alguns aspectos merecem destaque por estarem relacionados diretamente ao Colégio São José. Uma das questões importantes são as constituições do Colégio São José, de propriedade da Mitra, da Igreja. Os professores, que eram Irmãos Maristas, deveriam ensinar em “alemão e em português igualmente”. Os filhos de “católicos alemães” tinham a preferência de ensino. Os filhos de protestantes poderiam estudar no Colégio se seguissem a “condição de seguir o catolicismo católico”. Também é salientado o valor da pensão dos internos, a qual correspondia a “vinte e quatro mil réis” e pertencia aos Irmãos Maristas (LIVRO TOMBO, 1930).

Nesses livros Tombo encontra-se o documento oficial contratual da Escola Paroquial São José, escrito em português e na língua alemã, firmado entre o Padre Pedro Gasper, Vigário da Paróquia Santo Inácio, Irmãos Maristas e os membros da Comissão Escolar. Esta era formada “pelo Vigário presidente, pelo diretor e pelos membros eleitos pela sociedade católica”. O contato traz que a Escola Paroquial “São José” é confiada “aos Irmãos Maristas, com as seguintes condições”: a “direção da aula pertence aos Irmãos Maristas”. Um deles seria o diretor que deveria estar de “acordo com o Padre Vigário e com a Comissão Escolar”. Para possibilitar essa harmonia entre todos havia algumas estipulações, entre elas destaca-se o direito que o vigário tinha de fiscalizar a aula. O período de férias já estava estipulado entre os dias “15 de dezembro até 03 de fevereiro”. As aulas de catecismo eram de responsabilidade do vigário ou coadjutores. “A disciplina escolar, atestados, notas são da competência do Irmão diretor”, sempre de acordo com o Padre. E a “rescisão do contrato (retirada dos Irmãos) se fará ou de acordo mútuo ou mediante aviso de uma parte”. O

aviso deveria ser realizado um ano antes para dar melhor encaminhamento ao ano seguinte (LIVRO TOMBO, 1930).

Outras questões aparecem diretamente relacionadas ao internato do Colégio São José. O internato estava “inteiramente entregue aos Irmãos Maristas”. Todas as receitas e despesas dos internos estavam sob sua responsabilidade. Os internos e os alunos externos tinham um valor a ser pago mensalmente para a Comissão Escolar. Diante disso, o que mais chama a atenção são as matérias que havia no Colégio São José no início de suas atividades, em 1908, como: Religião, Alemão, Português, Cálculo, Escrituração, Geometria, Geografia, História, Física, Canto, Desenho, História Natural (LIVRO TOMBO, 1930).

Um aspecto presente nos livros Tombo refere-se diretamente ao prédio, como, por exemplo, o pedido de ampliação de salas direcionado ao arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, Dom João Becker, “para construir em terreno pertencente à Mitra, uma sala de recreio com dormitório em cima (sobrado) com as dimensões de 27mx10m”, no ano de 1929. A solicitação partiu do Irmão Emílio, Diretor, e do Pe. Leão Mallmann, Vigário. O projeto foi aprovado, pois “em dias de chuva os alunos não tinham local para o recreio”. E o dormitório, localizado na parte superior, chamado de sobrado, fazia-se necessário porque “a atual sala que servia de dormitório tornava-se pequena, devido ao grande número de alunos internos” (LIVRO TOMBO, 1930). Posteriormente, em 1942, os Irmãos Maristas acabaram comprando o prédio pertencente à “Cúria Metropolitana” ao valor de “cem contos de réis”. Até então era pago aluguel de dois contos anuais (LIVRO TOMBO, 1961).

Entre outros fatos, constam dos livros Tombo, as grandes enchentes em Lajeado; o incêndio da Igreja em 1953, com diversas hipóteses a respeito de sua ocorrência; a ameaça comunista no período de Guerra Fria; a mobilização do povo lajeadense no ano de 1970, quando o Brasil estava na Copa do Mundo. Registra-se também que no ano de 1960 o Ginásio São José passa a ser denominado de Colégio São José, com o acréscimo do Curso Científico, e que, em fins de 1968, passa a ser propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, chamando-se, a partir de 1969, de Colégio Estadual Presidente Castelo Branco.

5 CONCLUSÃO

A história e o patrimônio do “Castelinho”, do Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, do “Colégio São José”, do “Ginásio São José” e da “Escola Paroquial São José” está acima das cinco etapas de ampliação que o prédio adquiriu ao longo de um século de vida, do monumento que o prédio possa representar e dos documentos preservados, está presente nas lembranças e memórias individuais e coletivas das pessoas que construíram parte da vida acadêmica neste ambiente, com o qual se identificaram e criaram uma relação de pertencimento.

Do “Castelinho”, educandário centenário, surgiram, surgem e surgirão milhares de lembranças a respeito de alunos internos, de alunos externos, de um ambiente que por longas décadas, atendeu somente ao público masculino; de uma escola que teve diversas denominações; um ambiente onde havia a presença de religiosos como educadores e a interferência do pároco local; um ambiente que abrigou cursos técnicos; um local que serviu de origem para alavancar cursos universitários; um colégio que passa de ensino particular a ensino público, entre outros aspectos históricos.

Na atualidade, transitam mitos sobre a existência de um túnel entre dois colégios - São José, com internato masculino, e Sant’Ana (atualmente Colégio Madre Bárbara), com internato feminino. Outros mitos relacionam-se a pessoas que teriam se enforcado em salas subterrâneas do Colégio, como o de um padre. O que existe são apenas suposições. Enfim, são diversos pontos que poderiam ser elencados a respeito de um centenário de histórias que fizeram parte deste cenário educativo.

O importante é perceber que o passado relaciona-se com o presente e este vai sendo construído por seres humanos que deixam marcas no tempo, por meio de suas personalidades e experiências de vida. As lembranças e as memórias são recordações. E as recordações são vida. Assim, a história e o patrimônio cultural acabam sendo preservados na memória do povo lajeadense e nos acervos que são disponibilizados. Com isso, o acervo da Paróquia Santo Inácio de Lajeado contribuirá para manter viva as lembranças e as memórias de uma história construída e vivida pela sociedade lajeadense.

REFERÊNCIAS

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. **Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto**. Mariana/MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2004.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. Lajeado: Univates, 2010. E-book. Disponível em: <www.univates.br>. Acesso em: 10 jan. 2011.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades - narrativas, patrimônios e memórias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, História e memória**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1994.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988, p. 264-275.

HENZ, Alfredo. **Maristas no Brasil meridional: primórdios da obra dos Irmãos Maristas**. Porto Alegre: Centro Marista de Comunicação - CMC, 2000.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA, v. 1, 1881-1930.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA, v. 3, 1942-1961.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

RODRIGUES, Ir. Nadir Bonini. **Ação inovadora dos Irmãos Maristas no sul do Brasil: 1900-2000**. Porto Alegre: USBEE, 2000.

_____. **Assim nossos irmãos maristas escreveram (1897-1941)**. Porto Alegre: USBEE, 1997.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Grão de mostarda: caminhada da Paróquia de Santo Inácio**. Lajeado: O Autor, 1997.

_____. **Lajeado II: APEUAT - Raízes do ensino superior**. Lajeado: O Autor, 1995.

